

Ecomarxismo e crise ambiental

Igor Fuser

A percepção de que a humanidade chegou a um ponto crítico quanto à degradação do meio-ambiente e ao uso dos recursos naturais tem inspirado um vasto movimento de renovação no pensamento marxista, ao mesmo tempo em que se expressa, na prática política, por uma multiplicidade de lutas sociais em que a defesa ambiental ganha as feições, implícitas ou explícitas, de uma contestação à lógica da expansão econômica capitalista. Na raiz desse processo se situa uma dupla crise em que a perspectiva de esgotamento das reservas energéticas, em especial, do petróleo e do gás natural se soma à tragédia ambiental provocada pelo uso descontrolado desses mesmos recursos a fim de atender ao anseio insaciável de crescimento econômico e acumulação de capital numa escala crescente.

Esse é um tema que tem mobilizado muitos pensadores no campo do marxismo. Daí resulta uma vertente de produção teórica que tem sido chamada de ecomarxismo ou marxismo ecológico. O ponto comum em todos esses autores reside em explicar a atual tragédia ambiental a partir de uma contradição que eles consideram impossível de ser resolvida nos marcos do capitalismo. Essa é **a contradição entre, de um lado a necessidade de acumulação ilimitada de capital e, do outro, o fato de que os recursos do planeta são limitados por definição.**

A partir da análise dessa contradição, articulam-se três teses que constituem a espinha dorsal do pensamento ecomarxista:

1. Os problemas ambientais são um problema vinculado à luta de classes, já que os maiores prejudicados são os trabalhadores e a população mais pobre.
2. A acumulação capitalista está prejudicando ou destruindo as próprias condições de reprodução do capital.
3. Esse processo de degradação acrescenta uma nova dimensão de crise do capitalismo. Concretamente: à crise de superprodução do marxismo clássico, o marxismo ecológico acrescenta a perspectiva de uma “crise de subprodução”, ligada aos problemas que afetarão inevitavelmente o aparato produtivo a partir do uso predatório dos recursos e da poluição ambiental.

A natureza no pensamento de Marx e o projeto socialista

A elaboração teórica de Karl Marx expressa uma concepção de História em que o progresso técnico é associado a uma seqüência evolutiva de modos de produção, desde o comunismo primitivo até o capitalismo industrial. Essas idéias sobre a natureza são marcadas pela ambivalência. De um lado, Marx segue a trilha dos seus antecessores – os economistas clássicos ingleses, como Adam Smith e Ricardo – que encaravam a natureza como um manancial de recursos a serem explorados. Para ele, o elemento central é o trabalho, que extrai da natureza a energia e as matérias-primas necessárias para a produção de mercadorias. O avanço da humanidade, que ocorre por meio da ascensão da capacidade produtiva a estágios cada vez mais elevados, é vinculado a um domínio crescente sobre a natureza. Nessa visão, que na mitologia se associa à figura de Prometeu, são desconsiderados os limites naturais à intervenção humana. Por outro lado, Marx se diferencia dos economistas clássicos por considerar que o progresso – o crescimento econômico – não é um fim em si

mesmo, mas está subordinado às necessidades humanas. Como assinala Reiner Grundmann (1990, pg. 94), Marx, embora seja claramente a favor do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, não está interessado na maximização da produção como uma meta absoluta:

“Ricardo é completamente indiferente à questão de se o desenvolvimento das forças produtivas provoca a destruição das propriedades rurais ou dos trabalhadores. Quem se importa, diz Ricardo, se a produtividade do trabalho humano duplicou?” Mas Marx não diz “quem se importa?” quando os trabalhadores são esmagados nas fábricas. E Marx tampouco se mostra satisfeito com o crescimento da riqueza material quando essa riqueza assume formas antagônicas em relação aos produtores.”

Para Marx, o próprio “progresso” só poderia ser alcançado por uma mudança nas relações sociais. Marx interpretava o desenvolvimento das forças produtivas como positivo para a humanidade porque constitui a base de uma sociedade comunista na qual o princípio supremo será “a cada um segundo as suas necessidades”. Numa sociedade em que o processo produtivo não seja decidido pelo critério da maximização do lucro (a criação de valores de troca numa escala infinita) e sim pelo atendimento das necessidades humanas (o predomínio do valor do uso dos objetivos sobre o seu valor de troca), a utilização da técnica estaria subordinada ao bem-estar dos trabalhadores.

De acordo com o sociólogo ecomarxista Elmar Altvater (2004, pg.163) essa perspectiva permite que se estabeleça uma ponte entre o projeto comunista da emancipação dos trabalhadores com o ideal ambientalista de uma relação harmoniosa entre a espécie humana e a natureza. A meta é um “socialismo

ecológico”, que O’Connor define como uma nova sociedade baseada na racionalidade ecológica, no controle democrático, na igualdade social e no predomínio do valor-de-uso sobre o valor-de-troca. Michel Lowy (2007), em texto que faz o balanço das contribuições teóricas e políticas do marxismo ecológico em termos francamente favoráveis, assinala que a realização desses objetivos envolve pressupostos: a) a propriedade coletiva dos meios de produção (isto é, propriedade pública, comunitária ou cooperativa) ; b) um planejamento democrático em que a própria sociedade seja quem define as medidas de investimento e produção; e c) uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

O problema das externalidades

O marco fundador do ecomarxismo é o artigo de James O’Connor "Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction", publicado em 1989. O autor assinala a existência de uma "segunda grande contradição" do capitalismo. A primeira se refere à lógica interna de funcionamento do capital, com base nas relações entre valor e mais-valia: ao mesmo tempo em que o capital necessita e depende da força de trabalho para produzir o excedente econômico, é obrigado, para manter suas taxas de lucro, a diminuir a participação dos assalariados na apropriação dos frutos do seu trabalho. A segunda contradição ocorre na relação entre o funcionamento da economia capitalista e suas condições externas de produção -- ou seja, seus custos externos ou sociais.

O’Connor observa que os custos externos -- ou externalidades -- não são levados em conta na formação do preço das mercadorias. As externalidades do processo produtivo capitalista são tanto sociais quanto

ecológicas. No âmbito social, incluem os danos à saúde do trabalhador, as despesas com transporte, a extinção de empregos etc. Os custos externos, ou não-mercadorias, requeridas para a produção de mercadorias são principalmente a natureza, como fonte de matérias-primas e depósito de resíduos, e o trabalho humano. Os custos ecológicos e ambientais abrangem, entre outros tópicos, a poluição do ar, da água e do solo, o esgotamento das matérias-primas e fontes energéticas e a destruição da paisagem e dos recursos naturais. Para os autores ecomarxistas, como Mark Gottdiener (1993), "esses efeitos colaterais do desenvolvimento são intrínsecos à própria essência do capitalismo".

Na visão dos ecomarxistas, o caráter destrutivo do capitalismo em relação à natureza se relaciona com um fenômeno inerente ao processo produtivo nessa formação social: no afã de produzir cada vez mais e a custos sempre menores, o capitalista explora de modo predatório suas próprias fontes de lucro. Ao fazer isso, ele põe em perigo, no longo prazo, suas bases de sustentação.

Para Paul Burkett (1995), existem três "unidades contraditórias" intrínsecas ao capitalismo: capital/trabalho, centro/periferia e economia/natureza. Em cada um desses pares, o primeiro termo exerce uma posição dominante em relação ao segundo. Os ecomarxistas voltam sua atenção para o conflito entre a economia capitalista e a natureza, focalizando a posição subordinada dos recursos naturais diante dos interesses e da lógica do capital.

Os autores ecomarxistas acreditam que as contradições entre as necessidades de acumulação e as condições gerais de produção levam a crises recorrentes que tendem a ser cada vez graves, até atingir limites intransponíveis. Esses limites podem ser físicos, econômicos ou até mesmo

políticos, como é o caso das restrições que o movimento ambientalista se mostra capaz de impor à ação do capital.

A entropia e a inviabilidade do crescimento infinito

Outra linha de argumentação do ecomarxismo tem como ponto de partida a constatação de que é contra as leis da Física algo crescer indefinidamente. A Terra é um sistema fechado, que não recebe novos materiais – o único suprimento que vem de fora é energia solar, insuficiente, por si, mesma, de alimentar um crescimento econômico irrestrito. Na base desses pensamento se encontram as leis da termodinâmica, em especial o princípio da entropia. Uma das conseqüências da entropia é o fato de que o homem nunca consegue repor completamente aquilo que retira da natureza. Essa limitação natural colide frontalmente com a meta da expansão infinita da riqueza, inerente à própria lógica do capitalismo. Mas a expansão infinita dentro de um sistema finito é uma contradição em termos, conforme Foster enfatiza (2002, .pg10). Ele escreve:

“As economias capitalistas estão voltadas, acima de tudo, para o crescimento dos lucros, e portanto o crescimento econômico é uma meta que deve ser alcançada virtualmente a qualquer custo – inclusive a exploração e a miséria da vasta maioria da população. Essa corrida para o crescimento geralmente significa uma rápida absorção de energia e de matérias-primas e o descarte de uma quantidade cada vez maior de detritos no meio-ambiente, de modo a agravar o degradação ambiental.”

No seu livro *A ecologia de Marx*, Foster (2005) vai buscar em O Capital o uso do conceito de metabolismo por Marx para se referir às trocas que os seres humanos realizam com a natureza por meio do processo do trabalho. Marx

encara a natureza não apenas como uma fonte de recursos, mas assinala a existência de uma relação dialética entre a sociedade e o ambiente natural, na medida em que os seres humanos também fazem parte da natureza. A crítica marxista assinala a separação que o capitalismo provoca entre o homem e as suas condições naturais a partir da introdução do trabalho assalariado, em que o objetivo é a geração do lucro e não o atendimento das necessidades humanas (Foster, 2005, pg. 199 e segs).

A preocupação maior de Marx nesse campo está voltada para o uso predatório da terra pela agricultura de alta intensidade que caracteriza a introdução do capitalismo no campo. Ele se baseia em outros autores (como James Anderson e Justus von Liebig) para mostrar com o cultivo da terra por critérios capitalistas – flutuação dos preços no mercado e a busca de lucros no curto prazo – provoca a rápida perda da fertilidade do solo. Anderson: os arrendatários tendem a evitar melhorias capaz de repor a fertilidade, já que não vão receber o benefício pleno durante o tempo de uso da propriedade. Marx, segundo Foster, antecipa o conceito moderno do desenvolvimento sustentável quando aponta a necessidade de que o uso da terra leve em conta o benefício de “cadeias de gerações humanas”.

A crise energética como fenômeno do capitalismo

Já Altvater (2006, pg. 37 e segs.) analisa a ligação estreita que ele detecta entre o capitalismo e o esgotamento dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão). De acordo com esse autor, a energia fóssil preenche quase perfeitamente os requisitos do processo capitalista de acumulação. Isso, por três motivos.

Primeiro, porque a energia fóssil transforma os padrões pré-capitalistas de espaço econômico-social em capitalistas. A disponibilidade local de recursos energéticos não é mais a razão principal para a localização das manufaturas ou outras indústrias. É simples transportar recursos energéticos para qualquer lugar no planeta -- isso deu origem às redes logísticas que hoje cobrem o globo. O suprimento de energia, portanto, tornou-se apenas um fator entre outros nas decisões sobre onde a produção irá ocorrer. A disponibilidade de fontes locais de energia tem, hoje em dia, um impacto menor na competição pela localização dos investimentos no espaço global.

Em segundo lugar, Altvater observa que, em contraste com a radiação solar, que muda de intensidade entre a noite e o dia e com o ritmo das estações, a energia fóssil pode ser usada 24 horas por dia e 365 dias por ano com intensidade constante, permitindo a organização da produção independentemente do tempo social, biológico e dos demais ritmos naturais. As energias fósseis podem ser armazenadas e depois consumidas sem nenhuma relação com os padrões de tempo naturais, mas de acordo somente com o regime de tempo da modernidade – um horário que otimiza os lucros e permite o aumento da produtividade, reduzindo o tempo necessário para a produção de uma determinada quantidade de mercadorias.

Finalmente, e em terceiro lugar, a energia de origem fóssil pode ser usada muito flexivelmente na produção, consumo e transporte, propiciando a otimização do tempo e do espaço no processo produtivo. O desenvolvimento das redes de eletricidade e do motor elétrico, a iluminação de cidades inteiras à noite e a invenção do motor de combustão interna foram passos decisivos para o uso flexível da energia na mobilização e aceleração dos processos econômicos e em um grau de individualização da vida social nunca antes experimentado na história humana. Agora, as decisões gerenciais podem

seguir a lógica da lucratividade sem necessidade de aceitar restrições energéticas ou levar em conta limites espaciais ou temporais.

A crítica das “soluções de mercado”

Os autores ecomarxistas se destacam no debate mais ampla da crise ambiental pela crítica das soluções formuladas com base em mecanismos capitalistas, como a criação de um mercado de créditos de carbono. “Somos convidados a ver o próprio sistema econômico que causou a atual degradação global do ambiente como a solução para os problemas que ele mesmo gerou”, argumenta Bellamy Foster (2002, pg.25).

O ponto central, na visão dos ecomarxistas, é que o capitalismo não aceita limites fora de si mesmo – está permanentemente ampliando sua esfera de influência. Não é a “falha” de incorporar a natureza no cálculo econômico que causa a devastação ambiental e sim o fato de que a natureza não é tratada de acordo com sua própria lógica.

A retórica do “capital natural” serve para obscurecer a realidade da extrema exploração da natureza em favor do comércio de mercadorias (Altvater...). O principal resultado da incorporação do tal “capital natural” no sistema capitalista de produção de mercadorias – se isso for possível – será uma subordinação ainda maior da natureza às necessidades do lucro. A natureza será cada vez mais convertida em dinheiro ou em troca abstrata, sujeita às vicissitudes de Wall Street. Como afirma Altvater, “a mercadoria é narcisista – ela só consegue enxergar a si própria refletida em ouro.”

Referências bibliográficas

Altvater, Elmar. “A teoria marxista e os limites do crescimento. IN: Procópio, Argermiro (org.), *Relações Internacionais: Os Excluídos da Arca de Noé*, pg. 163-192. São Paulo, Hucitec, 2004.

_____. “The Social and Natural Environment of Fossil Capitalism”. In: Leo Panich and Colin Leys, *The Socialist Register 2007*. New York: Monthly Review Press, 2006.

Burkett, Paul. “Capitalization versus socialization of nature”. *Capitalism, nature, socialism*, vol 6 (4), p. 92-100, Dec, 1995.

Foster, John Bellamy. *Ecology Against Capitalism*. New York: Monthly Review Press, 2002.

_____. *A Ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Gottidiener, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.

Grundman, Reiner. *Marxist and Ecology*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

Lowy, Michel. “Ecosocialism, democracy and planification”. *Europe Solidaire*, nº 4635. 2007. Acessível na internet em <http://www.europe-solidarie.org/spip.php?article4635>

O'Connor, James. "Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction". *Capitalism, nature, socialism*, 1, Fall, 1988.